

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Hadja Rokia Kone

Desenvolvimento e Gênero na África Subsaariana: ODS e políticas de cooperação
internacional

Uberlândia - MG
2019

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Desenvolvimento e Gênero na África Subsaariana: ODS e políticas de cooperação
internacional

Trabalho de conclusão de curso à Universidade
Federal de Uberlândia (UFU) como requisito
para recebimento Parcial para obtenção de grau
de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

Uberlândia-MG

2019

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Monografia

Desenvolvimento e Gênero na África Subsaariana: ODS e políticas de cooperação
internacional

Trabalho de conclusão de curso à Universidade
Federal de Uberlândia (UFU) como requisito
para recebimento Parcial para obtenção de grau
de Bacharelado em Relações Internacionais.

Uberlândia, 10 de dezembro de 2019.

Prof.^a Dra. Débora Figueiro Prado – UFU

Dra. Alanna Santos de Oliveira– UFU

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho-UFU
(Orientador)

Dedico este trabalho a meu irmão Kone Ben Youssouf que apesar de não está mais presente neste mundo, me deixou seus valores e seu amor. Eterna saudade. Te amarei para sempre.

AGRADECIMENTO

A Deus por ter-me dado saúde e força para superar as dificuldades ao longo deste percurso e também pela força de superar as derrotas, que me serviram de aprendizado.

A meu orientador, Niemeyer Almeida Filho, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções, seus incentivos e pelos conselhos.

A meu pai Kone Inza por ter-me concedido o grande presente de fazer um curso superior no exterior, bancando todo meu percurso sem reclamar, apesar dos preconceitos das nossas sociedades africanas em que as "mulheres não devem estudar muito, senão saem de casa"

À minha mãe Doumbia Fanta, por sonhar em ter uma filha que estudou e concluiu um curso universitário fora (sim mãe, eu consegui! Obrigada por não me deixar desistir durante meus momentos de crises). E a ambos pela paciência e apoio durante todos estes anos passados longe de vocês.

Aos meus amigos, Marielle Aklobo, Mamadou Sherif, Peggy Alvine, Amadou Ouattara, Nadege otchoho, Matheus Moura pelas palavras amigáveis, pela mão estendida, pela compreensão na hora precisa, pelo sorriso, pelo sim e pelo não quando foram necessários.

Às minhas irmãs Kanté Alimata e ,awa Conneh, pela apoio.

Aos meus professores e colegas do instituto (IERI), que contribuíram para a minha vitória no decorrer desta caminhada. Foi uma experiência maravilhosa para mim.

Lista de tabelas

Quadro 1 – Classificação dos países da África Subsaariana em função do peso do seu setor informal.

Quadro 2 - Igualdade e desigualdade de gênero dos países da África 2016

Quadro 3 - Classificação do Índice de Igualdade de Gênero do BAD da África Subsaariana 2015

Quadro 5: Salário de homens e mulheres em alguns países da África Subsaariana. 2019

Quadro 6: Cronologia dos principais eventos sobre gênero na Costa do Marfim

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU-Organização das Nações Unidas

EUA-Estados Unidos da América

FMI- Fundo Monetária Internacional

BAD- Banco Africano de Desenvolvimento

UNCTAD- Agência das Nações Unidas dedicada ao Comércio e Desenvolvimento

CEDAW- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as mulheres

NEPAD -Nova Parceria Pelo Desenvolvimento da África

UA-União Africana

RESUMO

A ligação entre gênero e desenvolvimento alcançou a agenda internacional de diversas organizações internacionais com destaque para o PNUD (Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento) e OIT (Organização Internacionais do Trabalho). A África é um continente composto de países de língua inglesa bem posicionados em termo de desigualdade de gênero comparando com os de língua francesa que ainda estão atrás. Este presente trabalho se concentra nas questões de gênero no mercado de trabalho de países africanos, mais especificamente da África Subsaariana, com destaque para a Costa do Marfim. O objetivo é de mostrar a existência de forte disparidade entre as condições de trabalho dos homens e das mulheres. A base de comparação será de países selecionados da América do Sul. A hipótese é que a desigualdade social e econômica se apresenta mais intensa para o gênero feminino na África em comparação à América Latina. Foi realizada uma revisão bibliográfica partindo da teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen; das informações e dados coletados a partir do índice de desigualdade de gênero do PNUD, observa-se que a desigualdade está presente em todas as sociedades, mas, continente africano não é tão pior comparando com a América Latina em relação à representação feminina nos conselhos administrativos. Isso é demonstrado pelo Relatório da BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), o primeiro estudo realizado sobre representação feminina em conselhos de administração na África, apresentado no Fórum Econômico Mundial para África. Destaca-se que mesmo com a desigualdade de oportunidade, as mulheres africanas ainda desempenham um papel muito importante na economia do continente.

Palavras chave: Desigualdade de Gênero; Desenvolvimento; África Subsaariana; Mercado de trabalho; Cooperação.

RÉSUMÉ

Le lien entre le genre et le développement a atteint l'agenda international de plusieurs organisations internationales, notamment le PNUD (Programme des Nations Unies pour le développement) et l'OIT (Organisation internationale du Travail). L'Afrique est un continent composé de pays anglophones bien positionnés en termes d'inégalité du genre par rapport aux pays francophones encore en retard. Ce présent travail se concentre sur les questions du genre et le marché du travail des pays africains, en particulier de l'Afrique subsaharienne, en mettant l'accent sur la Côte d'Ivoire. L'objectif est de montrer l'existence d'une forte disparité entre les conditions de travail des hommes et des femmes. La base de comparaison sera celle de certains pays d'Amérique du Sud. L'hypothèse est que les inégalités sociales et économiques sont plus graves pour les femmes en Afrique qu'en Amérique latine. Une revue bibliographique a été réalisée sur la base de la théorie du développement humain d'Amartya Sen; D'après les informations et les données collectées à partir de l'indice des inégalités entre les sexes du PNUD, il est observé que les inégalités sont présentes dans toutes les sociétés, mais le continent africain n'est pas si pire par rapport à l'Amérique latine en ce qui concerne la représentation des femmes dans les conseils d'administration. . C'est ce que montre le rapport de la BAD (Banque africaine de développement), la première étude sur la représentation des femmes dans les conseils d'administration en Afrique, présenté au Forum économique mondial pour l'Afrique. Même avec l'inégalité des chances, les femmes africaines jouent toujours un rôle très important dans l'économie du continent.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 UMA RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO.....	13
2.1 Inserção da mulher no mercado de trabalho	17
<i>2.1.1 Oito de Março, o dia Internacional das mulheres</i>	<i>19</i>
2.2 Contribuição da força de trabalho feminino no desenvolvimento econômico na África Subsaariana.....	19
2.3 A situação do gênero no resto do mundo.....	21
2.4 Comparação e classificação dos países da África Subsaariana e da América latina em termo de disparidade de gênero	22
<i>2.5 Política de gênero na Costa do Marfim</i>	<i>30</i>
3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E POLÍTICA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	35
3.1 Cooperação Internacional ao Desenvolvimento.....	39
3.2 Cooperação Regional sobre o Gênero na África Subsaariana.	40
4 CONCLUSÃO.....	45
REFERENCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

A ligação entre gênero e desenvolvimento alcançou a agenda internacional de diversas organizações internacionais, com destaque para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e OIT (Organização Internacional do Trabalho). Exemplo disto é a inserção do tema de gênero nos ODS (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável). Embora seja um tema relacionado aos da desigualdade, da pobreza e da fome, do crescimento econômico, há também uma linha de argumentação ligada à justiça social. Neste último caso, o objetivo fundamental é garantir uma sociedade igualitária, que assume a dignidade e o respeito por todos os seres humanos.

No entanto, está claro que hoje em dia nem todos desfrutam desses direitos básicos, ademais de uma tendência pronunciada na relação desigual entre homens e mulheres na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho. Por esta razão, foi lançada uma iniciativa global na sede das Nações Unidas em Nova Iorque denominada de ‘Coalizão Internacional pela Igualdade Salarial’ que inclui a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a ONU Mulheres e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a fim de aumentar e igualar o salário das mulheres ao dos homens no mundo inteiro.

O desenvolvimento econômico global e nacional vem gerando historicamente concentração de renda e riqueza. Este fenômeno está descrito em diversos trabalhos, mas o que alcançou maior repercussão internacional contemporânea foi o de Thomas Piketty (*O Capital no Século XXI*, 2013). O livro obteve enorme repercussão social e política no mundo. O trabalho configura empiricamente uma tese histórica do campo crítico da economia que enxerga o capitalismo como um sistema social que gera desigualdade, engendrando concentração de renda e riqueza. A novidade consiste em mostrar evidências empíricas para um conjunto de economias desenvolvidas em temporalidade longa. Além disso, de forma inovadora, o estudo mostra que a desigualdade não só se reproduz como também se aprofunda tendencialmente desde os anos 1990. E isso não apenas quanto à perspectiva capital-trabalho, de classes sociais, como também quanto à renda e riqueza (patrimônio) dos indivíduos.

A partir dessas referências, esta monografia se concentra nas questões de gênero no mercado de trabalho de países africanos, mais especificamente da África Subsaariana, com destaque para a Costa do Marfim. O objetivo é avaliar se nesta região e neste país se observa uma disparidade mais intensa entre as condições de trabalho de homens e mulheres. A base de comparação será de países selecionados da América do Sul. A hipótese é que a desigualdade

social e econômica se apresenta mais intensa para o gênero feminino na África em comparação à América Latina.

O trabalho está organizado em dois capítulos, além desta introdução. No primeiro é feita uma resenha de trabalhos que abordam os efeitos da desigualdade sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico. Ênfase maior é dada aos trabalhos que tratam de desigualdade de gênero no mercado de trabalho e crescimento. No segundo capítulo estão descritos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as recomendações de políticas de cooperação internacional sobre o tema de gênero. Ao final são relacionadas as principais conclusões da monografia.

2 UMA RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

O conceito de desenvolvimento como liberdade formulado por Amartya Sen (1993) é centrado na possibilidade de os indivíduos terem uma vida melhor. Para ele, não há outro sentido para o desenvolvimento a não ser permitir que as pessoas tenham uma vida longa, serem bem alimentados e capazes de ler, escrever e se comunicar. Para alcançar isto, o processo do desenvolvimento econômico deve estar associado a expansão das capacidades individuais.

Esses aspectos formulados por Sen podem ser estendidos ao tema do gênero, relacionado aos estudos de cada sexo, feminino e masculino. Essas relações variam dependendo das sociedades. Em geral, a desigualdade é mais concentrada em detrimento do sexo feminino. Segundo o relatório nº 21776/2003 do Banco Mundial sobre a política de desenvolvimento, a palavra gênero se manifesta de forma diferente a depender de cada sociedade, indicando as expectativas para cada sexo. Homens e mulheres são diferentes no nível biológico. As mulheres podem dar à luz, o que os homens não podem fazer. Em todas sociedades, os homens adultos são fisicamente mais fortes que as mulheres. Por causa dessas diferenças biológicas, homens e mulheres não têm a mesma saúde. (BANCO MUNDIAL, 2003).

A análise das desigualdades sociais precisa ser realizada levando em conta os mecanismos de discriminação entre gêneros e a maneira pela qual eles determinam as formas de precariedade para mulheres e homens. Para uma igualdade de vida social justa esses pontos precisam ser estudados. Neste sentido, salienta-se que desenvolvimento econômico influencia as desigualdades de gênero e, por sua vez, determinam novas formas de desigualdade, tanto para homens quanto para mulheres.

Piketty, em seu livro, mostra como a distribuição de riqueza se dá dentro de um mesmo país e faz comparações entre diferentes países, ou em momentos diferentes, para justificar sua teoria de que há aumento na concentração de riqueza. Em outras palavras, para ele, o capitalismo gera desigualdade social e concentração de riqueza. Esses são fenômenos intrínsecos ao capitalismo, que tendem a se reproduzir historicamente, sobretudo após a unificação global em torno da ordem social capitalista desde os anos 1990. Ademais, a intensidade do fenômeno tende a ser maior nas regiões menos desenvolvidas e naquelas de capitalismo dependente. Sobressaem as regiões da América Latina e África. Em Araújo e Almeida Filho (2012) e Almeida Filho e Nascimento (2018) essas questões são tratadas teórica e historicamente. Em nível mais restrito da economia, a referência é Almeida Filho (2011; 2016).

A questão é que este fenômeno mais geral do capitalismo incide de forma desigual em indivíduos a depender do seu sexo biológico. Por causa do seu sexo, as meninas são obrigadas a seguir as obrigações da sociedade, o que é cuidar da família e da casa. Assim, de fato elas não têm acesso a uma educação adequada. Nas famílias mais pobres a educação dos meninos é mais importante do que a das meninas, pois na maioria dos casos elas são forçadas a cuidar da casa, ter filhos, antes de ter uma formação profissional. Quando uma menina tem a possibilidade de estudar, para achar um emprego fica um maior desafio para ela. As vezes ela é obrigada a aceitar emprego a tempo parcial por causa da sua obrigação familiar

A Organização Internacional do Trabalho é uma agência especializada das Nações Unidas, cuja missão é melhorar o acesso de homens e mulheres a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Desde a sua criação, a OIT procurou promover uma vida melhor para todos; a Constituição da OIT declara: "a paz universal e duradoura só pode ser fundada com base na justiça social" (NAÇÕES UNIDAS, 2019). A instituição foi criada pelo Tratado de Versalhes em 1919, junto com a Liga das Nações, passando pela Segunda Guerra Mundial e conservando seus princípios, seus métodos e seus objetivos. A OIT criou junto com os atores do mundo do trabalho uma proposta para resolver alguns problemas e também implementar algumas ideias a fim de desenvolver a política e a justiça social. (OIT, 2019)

Na primeira sessão da OIT, convocada pelo Governo dos EUA, em 29 de outubro de 1919, reuniram-se representações de quarenta nações, em Washington. Cada delegação era composta por dois delegados do governo, um delegado de empresas e um delegado dos trabalhadores. Os assessores, mais ou menos importantes, dependendo do país, puderam acompanhar os delegados. A Conferência decidiu primeiro eleger a Alemanha e a Áustria como Estados Membros. Em seguida, adotou seis convenções e seis recomendações sobre questões-chave:

- Tempo de trabalho na indústria;
- desemprego;
- Proteção à maternidade;
- Trabalho noturno de mulheres ;
- A idade mínima para trabalhar na indústria
- Trabalho noturno das crianças

Houve destaque para o trabalho das mulheres, que foi um dos assuntos mais importantes, enquadrado na Convenção 3, relativa ao emprego das mulheres antes e depois do parto, e na Convenção 4, relativa ao trabalho noturno das mulheres.

A convenção número 3 trata da proteção à maternidade, estipulando que o termo mulher significa uma pessoa do sexo feminino, independentemente da idade ou nacionalidade, casada ou não, e o termo filho significa qualquer criança, legítima ou não. Assim, com esses termos é mencionado que uma mulher tem o direito de se ausentar em caso de doença devido a gravidez e o empregador não pode demiti-la, desde que apresentado atestado médico. Não deverá trabalhar por um período de doze semanas dividido em dois períodos de três semanas antes e de três semanas após o parto; o período pode ser inteiro depois do parto. Durante a amamentação, ela tem o direito a dois períodos de descanso de meia hora para permitir a amamentação. Essa convenção entrou em vigor em 13 de junho de 1921. (OIT, 2019)

A Convenção 4 que estipula que as mulheres, sem distinção de idade, não podem ser empregadas durante a noite em qualquer estabelecimento industrial, público ou privado, ou em qualquer uma das dependências de qualquer um desses estabelecimentos, com exceção dos estabelecimentos familiar, onde apenas funcionários da mesma família são empregados. A Convenção relativa ao trabalho noturno das mulheres empregadas na indústria foi revisada em 1948 e entrou em vigor em 27 de fevereiro de 1951 (OIT, 2019).

Além disso, outras convenções pela igualdade de remuneração e oportunidades ou tratamento no emprego foram criadas. A Convenção nº 100, igualdades de remuneração de homens e mulheres trabalhadoras por trabalho de valor igual, de 1951, exige igualdade de remuneração entre homens e mulheres, incluindo salário ou salário ordinário, básico ou mínimo, ou outros benefícios, pagos direta ou indiretamente, em dinheiro ou em espécie, pelo empregador ao trabalhador, devido seu cargo.

A convenção nº 111, discriminações em matéria de emprego e ocupação de 1956, é uma convenção básica que define a discriminação como "Qualquer distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, cor, sexo, religião, opinião política, extração nacional ou origem social, que tenha o efeito de destruir ou prejudicar a igualdade de oportunidades ou tratamento no emprego ou ocupação ". Esta convenção diz respeito à discriminação no campo da formação profissional, emprego e profissões específicas, e condições de emprego.

A OIT, desde sua criação, não deixou de apoiar a causa das mulheres, considerando o fato de que muitas mulheres e homens tinham seu acesso ao trabalho recusado, receber salários baixos por causa do seu sexo, sem levar em consideração suas habilidades e suas qualificações. Em alguns países desenvolvidos, as mulheres têm a condição de ter um mesmo emprego que os homens, mas ainda assim a constatação é que elas recebem um salário inferior em 25 por cento por segundo a OIT, um trabalho igualitário equivalente. Portanto, proteger as mulheres contra discriminação é um dos direitos humanos mais importantes para que os

trabalhadores possam ser livres de escolher seu emprego e mostrar suas habilidades de acordo com seus méritos.

Ainda que o papel da OIT para acabar com discriminação no mercado de trabalho tenha sido relevante historicamente, foi o nascimento do movimento feminista nos anos 1970 que impulsionou a integração da mulher no desenvolvimento. Houve 4 conferências estimuladas por movimentos feministas para institucionalizar a questão da integração das mulheres ao desenvolvimento. A primeira foi no México em 1975, e a última foi em 1995. Nessa última conferência, a Declaração de Beijing foi de extrema relevância, pois ela estipula a igualdade de gênero como um assunto principal do desenvolvimento. Sendo assim, a igualdade de gênero é uma das condições importantes para o desenvolvimento e a paz de uma nação. Os 185 estados membros que votaram a Plataforma de Ação de Beijing durante a Conferência se comprometeram a abrir as portas para as mulheres em 12 áreas que são: Mulheres e pobreza; Educação e Treinamento de Mulheres; Mulher e saúde; Violência contra as Mulheres; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres em Posições de Poder e de Tomada de Decisão; Mecanismos Institucionais de Promoção Mulher; os Direitos Humanos da Mulher; Mulheres e Mídia e; Mulheres e Meio Ambiente.

Vários organismos internacionais estão preocupados com a situação das mulheres e estão cada vez mais conscientes de que o desenvolvimento sustentável tem que prever uma base para que a igualdade seja um problema a ser absorvido, com a participação ativa de homens e mulheres no mercado de trabalho. Apesar do progresso sobre a escolaridade das mulheres durante os últimos 30 anos, a desigualdade de gênero persiste por causa de fatores culturais, domésticos, casamento precoces e gravidez. Seguindo a linha do raciocínio do gênero e desenvolvimento, a Declaração do Milênio adotada em 2000 na 55ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas foi um passo para o compromisso mundial estabelecendo 8 objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM): 1) Reduzir a pobreza extrema e a fome; 2) Garantir a educação primária para todos; 3) Promover a igualdade e a emancipação das mulheres; 4); Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV / AIDS, malária e outras doenças; Garantir um ambiente sustentável; e 8) Configuração de uma parceria global para o desenvolvimento. A abordagem do terceiro objetivo mostra um passo importante de tal forma, que a visão do gênero passa a ser relevante para conquistar o desenvolvimento sustentável. (AGENCE FRANÇAISE DE DEVELOPPEMENT, 2014)

Segundo o Banco Mundial, as desigualdades de gênero afetam muito os projetos de desenvolvimento de uma nação. Em função disso, recomendam a atenção dos Estados a fim de

ter um desempenho positivo na melhoria do bem-estar de todos. Para isso, o Estado deve se esforçar obter benefícios sociais substanciais, melhorando o status de mulheres e meninas

2.1 Inserção da mulher no mercado de trabalho

Informações históricas das mulheres em várias sociedades são escassas, o que explica sua aparição tardia nas preocupações da historiografia sobre desenvolvimento. Essa dificuldade é causada, às vezes, pela natureza das fontes. É apenas na segunda metade do século XX que o gênero faz sua inserção em historiografia. Isso é explicado pela conjunção de três fatores: novas orientações epistemológicas das ciências sociais, que procuram integrar dimensões anteriormente da entrada das mulheres no mercado de trabalho é o produto de muitos debate e lutas desde os tempos contemporâneo e às vezes no presente. O desejo das mulheres de obter sua independência na década de 1960 foi expresso em um contexto econômico que permitiu seu acesso em massa no mercado de trabalho. Mas com o crescimento mais lento e o aumento do desemprego enfraqueceram a inserção das mulheres em alguns empregos mais importante, com as mudanças das estruturas das famílias, as mulheres tiveram mais forças de lutar pelos seus direitos de trabalhar e ter sua independência financeira.

As características do emprego das mulheres são, portanto, o resultado da interação de muitos fatores, que não podem ser reduzidos ao risco de simplificação, apenas influência de lutas feministas e o surgimento de estudos sobre gênero. A historiografia das mulheres em outros continentes, especialmente América do Norte e até América Latina, também mostra um grande avanço, e já obteve uma série de conquistas. Na África Ocidental, o gênero foi priorizado de uma perspectiva sociológica e antropológica, e constitui um terreno recente para a história (VIDROVITCH, 2015).

Uma visão histórica apresentada por Bah (2015) mostra que por muito tempo as mulheres tiveram dificuldades para se integrar no mercado de trabalho. Segundo o autor, foi apenas a partir da segunda metade do século XX que os assuntos relacionados à emergência da mulher começaram a assumir uma posição fundamental nas discussões sobre a igualdade de oportunidades de trabalho. Este aspecto é explicado pela conjunção de três fatores: novas orientações epistemológicas das ciências sociais que passam a integrar dimensões anteriormente marginalizadas, a influência de lutas feministas, o surgimento de estudos sobre gênero.

A historiografia das mulheres em outros continentes, especialmente América do Norte e até América Latina, também mostra um grande avanço, e já obteve uma série de conquistas.

Na África Ocidental, o gênero foi priorizado de uma perspectiva sociológica e antropológica, e constitui um terreno recente para a história (BAH, 2015). Esse fator pode ser explicado em grande medida por preferências religiosas, fatores regionais e liberdades civis.

Segundo Genre (2019), as desigualdades de gênero estão fortemente ligadas às desigualdades econômicas. Homens têm uma propensão maior a ocupar o topo da escala de renda e a ocupar a maioria dos cargos de responsabilidade nas empresas, assim como na política. Por outro lado, as mulheres fazem parte dos trabalhadores mal pagos, e isso em muitas profissões precárias. A diferença salarial entre homens e mulheres também permanece muito alta: as mulheres ganham menos que os homens para um trabalho equivalente, todos os setores e regiões juntos. Uma das razões destaca, portanto, que o trabalho em meio período, no mais das vezes, realizado pela mulher em função de sua responsabilidade quase que exclusiva pelos trabalhos de cuidado, e a segmentação por setor, a qual, pode ser resultante da segmentação sexual que existe nos cursos de graduação repercutem sobre as desigualdades de remuneração entre homem e mulher.

Os fatores dessas disparidades podem ser explicados em grande medida por preferências religiosas, fatores regionais e liberdades civis. Segundo a OIT (2016) a igualdade entre homens e mulheres é baseada em direitos, responsabilidades e oportunidades iguais, de que todos devem aproveitar, independentemente do sexo. No mundo do trabalho, a organização definiu os seguintes pilares para a elaboração das políticas de igualdade de direitos:

- Igualdade de oportunidades e tratamento
- Salário igual por trabalho de igual valor
- Igualdade de acesso a empregos seguros e não perigosos para a saúde e previdência social
- Igualdade de associação e negociação coletiva
- Igualdade de perspectivas de carreira
- Um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal que seja justo para homens e mulheres
- Igualdade de participação na tomada de decisões em todos os níveis

Considerando que as mulheres geralmente têm menos vantagem em comparação aos homens no local de trabalho por causa do menor acesso ao ensino superior e da obrigação familiar, a promoção da igualdade de gênero exige atenção especial às necessidades e aspirações das mulheres. Além disso, essas expectativas de desigualdade podem ter um efeito negativo nos comportamentos dos homens em relação as tomadas de decisões. Mulheres,

homens, meninas e meninos, devem ser livres na tomada de decisões de acordo com suas próprias habilidades e interesses, sem se basear no seu sexo (OIT, 2016)

2.1.1 Oito de Março, o dia Internacional das mulheres

A origem do dia é o fruto de muitas manifestações das trabalhadoras do mundo inteiro exigindo o direito ao voto, melhoria nas condições de trabalho e igualdade de direitos entre homens e mulheres. Essas manifestações constituíram-se em grande agitação ao redor do mundo, principalmente na Europa no início do século XX. Assim foi proposta a criação o dia internacional das mulheres fruto das lutas feminina em 1910 na conferência internacional de mulheres socialistas, criado por Clara Zetkin, considerada como uma revolucionária.

As ações que levaram na tomada de definição desta data remontaram aos anos 1857 onde um grupo de operárias da indústria têxtil de Nova Iorque se reuniu para protestar contra as precariedades, as mulheres foram brutalmente reprimidas pela polícia. Como resposta, um outro grupo de mulheres declaram greve contra as péssimas condições de trabalho ocupando uma fábrica. O proprietário da fábrica trancou as mulheres e incendiou a fábrica, e todas as operárias que participavam neste protesto morreram.

A escolha de um dia internacional das mulheres chegou a ser discutida na conferência internacional de mulheres socialistas, porém, a mesma não foi fixada. Apenas depois da greve das operárias de São Petersburgo que aconteceu no dia 8 de março de 1975, onde as mulheres saíram nas ruas para protestar contra a fome causada pelas duas guerras mundiais, que levou a Organização da Nações Unidas a adotar o dia 8 de março como a data simbólica para comemorar o “dia internacional da mulher”. Essa data acabou se tornando uma tradição de modo que todos os anos em boa parte do mundo celebra-se o dia internacional das mulheres (8 MARS INFO, 2019).

2.2 Contribuição da força de trabalho feminino no desenvolvimento econômico na África Subsaariana

A região da África Subsaariana é a região abaixo dos países que fazem fronteira com o mediterrâneo. Ela é mais conhecida como África negra por causa da origem racial de seus habitantes; é a maneira mais fácil de se referir aos africanos que não tem raiz árabe. A região é composta por 49 países localizados ao sul do deserto do Saara. Ela é dividida em 4 regiões que são: África oriental o chifre da África, África ocidental a barriga da África, África central e austral. A África Subsaariana é considerada como a região mais pobre do mundo, sofrendo

ainda dos fracassos do colonialismo, neocolonialismo, conflitos étnicos e instabilidade política. A região envolve alguns dos países com menor índice de desenvolvimento humano. Na maior parte dos países da África Subsaariana o acesso à educação e a formação estão em atraso em relação a outras regiões em desenvolvimento; isso é um dos importantes fatores explicativos da pobreza na região. A taxa de alfabetização das mulheres é uma das mais fracas comparada com a dos homens. Para consolidar seu crescimento e aceder a emergência, o continente deve usufruir da inteligência de todos seus cidadãos, principalmente das mulheres que constituem um fator muito importante ao crescimento econômico, pois elas possuem um talento para liderar a política empresarial. As mulheres são agentes econômicos muito dinâmicos, as propulsoras do bem-estar familiar e as detentoras da paz de uma comunidade. Apesar disso, as mulheres africanas enfrentam diversos obstáculos principalmente por razões culturais restritivas e leis discriminatórios no mercado de trabalho altamente segmentado; essa desigualdade sexual no trabalho é como fator explicativo também para o atraso no desenvolvimento econômico da África.

Nos países africanos, a desigualdade salarial em relação ao gênero é um assunto preocupante das autoridades, porém, a falta de resolução ainda é maior. O problema existe desde os tempos coloniais onde o trabalho das mulheres era considerado como um trabalho óbvio, especificamente no setor da agricultura, e tarefas de casa. As mulheres africanas têm mais dificuldade de serem contratadas, pois são consideradas vulneráveis; elas têm uma remuneração baixa e a discriminação no mercado é alta, principalmente nos cargos mais altos. A mulher africana média em parte é dona de casa e tem no mínimo 4 filhos. Além disso, ela tem que realizar outras atividades que são consideradas como informais, pois são de fato atividade para aumentar sua renda e grau de autonomia social. Uma economia informal reagrupa várias atividades econômicas precárias praticada pelas pessoas com menor grau de escolaridade e sem emprego para cobrir suas necessidades. Por esta razão, o setor informal se tornou um projeto de desenvolvimento econômico que dedicam recurso através de microcrédito.

Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional – FMI (2011), o setor informal¹ é um componente essencial para as maiorias dos países da África Subsaarianas, onde suas contribuições para PIB variam entre 25% e 65% e representa entre 30% e 90% do emprego não agrícola. A classificação dos países da África Subsaariana pelo percentual do setor informal em sua economia segundo o FMI está descrita no Quadro 1.

¹ É um setor que opera fora da legalidade, sem declaração de existência, sem impostos, sem regras, sem bancos, todos os pagamentos são feitos em dinheiro.

Quadro 1 – Classificação dos países da África Subsaariana em função do peso do seu setor informal.

Percentuais de economia Informal	Países
Entre 20 e 30%	Maurice, África do Sul, Namíbia, Camarões, Botswana, Togo, Burundi, Comores;
Entre 30 e 40%	Ruanda, Quênia, Níger, Burkina Faso, Malavi, Costa do Marfim, Zâmbia, Moçambique, República Democrática do Congo, Libéria, Guiné, Lesoto, Guiné Bissau, Madagascar, Gana, Congo, Uganda;
Entre 40%	Zimbabuê, Gabão, Mali, Senegal, Guiné Equatorial, Chade, Serra Leoa, República Centro Africana, Angola, Benim;
Entre 50%	Tanzânia, Nigéria.

Fonte: FMI (2011).

Vale ressaltar que na África o setor informal responde em média por cerca de 40% do PIB, em média, nos países de baixa renda, e 35% do PIB nos países de renda média. Entre os fatores que estimulam o desenvolvimento econômico do setor informal, o relatório mostra os encargos, os tributos, a qualidade das instituições e o tamanho do mercado e da atividade econômica. Daí que quanto maior a desigualdade de gênero na economia formal, maior a tentação das mulheres de entrar na economia informal. O trabalho das mulheres nos setores informal e doméstico de fato precisa ser valorizado e explorado, pois ele tem um desempenho indireto, no desenvolvimento econômico. (FMI,2011)

2.3 A situação do gênero no resto do mundo

O tema da desigualdade e gênero assumiu importância mundial no presente milênio, mas ainda assim passa-se a verificar que nenhum dos países alcançou a paridade entre homens e mulheres em todos os níveis possíveis. Os países europeus, principalmente os do Norte, com as políticas igualitárias, surpreenderam o mundo com a evolução feita através da sua economia. Em 2018, os quatro principais países foram a Islândia, que ocupa o primeiro lugar, em segundo lugar temos a Finlândia, terceiro lugar a Noruega e quarto lugar a Suécia.

Nos últimos anos desde a criação do índice, a Islândia vem em primeiro lugar da lista de 142 países do mundo em termos de igualdade de gênero, porque 40% dos assentos no parlamento da Islândia são ocupados por mulheres e 44% dos ministros islandeses são mulheres. O país foi o primeiro a eleger uma mulher como presidente da República e figura dentre os três principais países em que a mulher tem poder de liderança em todos os setores de atividades. Os piores na classificação são sempre os países com maioria muçulmana, como

Iêmen, Paquistão e Síria, por causa da grande desigualdade no acesso de oportunidades, vida econômica, política e também menor grau de educação.

Segundo o relatório da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico -OCDE (2015), a desigualdade é indesejável não somente do ponto de vista da justiça social, mas também da própria eficiência econômica, além de seu impacto na coesão social; a crescente desigualdade é prejudicial ao crescimento econômico de longo prazo. O fator decisivo é que o investimento em capital humano é um importante mecanismo de transmissão entre desigualdades e crescimento. Ainda existem diferenças nos níveis educacionais entre indivíduos de diferentes origens socioeconômicas, mas essas diferenças são mais pronunciadas em países com alta desigualdade, pois famílias pobres têm mais dificuldade em acessar educação de qualidade.

A partir dos meados da década de 1990, mais da metade de todos os empregos criados correspondeu a um emprego precário. Em muitos países, os jovens trabalhadores, com um contrato de trabalho temporário têm dificuldade em mudar para um emprego mais estável, onde possam seguir carreiras. O aumento da contratação das mulheres reduz as desigualdades. Segundo ODCE (2015) as diferenças nas taxas de atividade, salários e desenvolvimento de carreira entre homens e mulheres foram muito reduzidas e ajudaram a desacelerar o aumento da desigualdade, mas a taxa de participação das mulheres ainda é cerca de 16% menor do que a dos homens, e elas ganham cerca de 15% menos que os homens no panorama global. Sendo assim, se a proporção de emprego em que as mulheres trabalham se mantivesse como há 20 ou 25 anos atrás, a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, teria aumentado em média quase um ponto percentual. Além disso, o aumento da porcentagem de mulheres trabalhando em tempo integral e o aumento de salários relativos também evitou um ponto extra. (MERZOUKI,2016)

2.4 Comparação e classificação dos países da África Subsaariana e da América latina em termo de disparidade de gênero

As duas regiões são localizadas em abaixo do trópico de câncer, e dividem não só a mesma faixa de ocupação no globo, mas também elas têm climas e vegetações semelhantes, como o clima tropical e a vegetação de savana. Além disso, vários estudos mostram que a desigualdade social presente na América Latina é encontrada na África Subsaariana, principalmente a desigualdade de gênero. Com uma diferença de gênero de 32%, a região da

África Subsaariana tem o índice mais baixo atrás da América do Sul e o Caribe que fechou seu índice com 30% (GENDER GAP INDEX, 2016).

OS dados são fornecidos pelo Global Gender Gap Report, publicado pelo Fórum Econômico Global, examinando a situação de 136 países, representando mais de 93% da população mundial e tratam da maneira como os recursos e as oportunidades são divididos entre homens e mulheres. O Índice Global de desigualdade de Gênero foi calculado pela primeira vez pelo Fórum Econômico Mundial em 2006 para aferir as disparidades baseadas em gênero e acompanhar seu progresso ao longo do tempo. Apesar disso, vemos que o progresso ainda é lento. O índice compara as diferenças nacionais de gênero nos critérios econômico, educacional, de saúde e de participação política; fornece classificações por país que permitem comparações entre regiões e grupos de renda. Assim o Relatório avalia a diferença de gênero em quatro setores (Gender Gap Index, 2016):

- **Participação econômica e oportunidade:** O Índice é dividido em três conceitos, a saber, o déficit de participação, o déficit de remuneração e o déficit de avanço. A diferença de participação está na diferença entre mulheres e homens nas taxas de participação na força de trabalho. A diferença de remuneração está medida por meio de um indicador de dados concretos (proporção da renda estimada de mulheres para homens) e um indicador qualitativo coletado na Pesquisa de Opinião Executiva do Fórum Econômico Mundial (igualdade salarial para trabalhos semelhantes). Por fim, a diferença entre o avanço de mulheres e homens é capturada por meio de duas proporções de dados (a proporção de mulheres para homens entre legisladores, altos funcionários e gerentes e a proporção de mulheres para homens entre trabalhadores técnicos e profissionais).
- **Educacional:** O índice é calculado a partir do número de acesso de mulheres e homens à educação por meio da proporção de mulheres para homens no ensino primário, secundário e superior. Uma visão de longo prazo da capacidade do país de educar homens e mulheres em números iguais, através da proporção da taxa de alfabetização feminina em relação à taxa de alfabetização masculina.
- **Saúde e Sobrevivência:** O índice tem uma visão da qualidade de saúde de mulheres e homens através de dois indicadores. O primeiro é a proporção de sexo ao nascer, que visa a taxa de mulheres que não sobrevivem durante o parto. O segundo, é entre a expectativa de vida saudável de mulheres e

homens. Essa medida fornece uma estimativa da expectativa de vida de homens e mulheres.

- **Empoderamento político:** O índice mostra a diferença entre homens e mulheres no nível de atuação de cargos ministeriais e a proporção de mulheres para homens em cargos parlamentares. Além disso, está incluída a proporção de mulheres e homens em termos de anos no cargo executivo (primeiro ministro ou presidente) nos últimos 50 anos.

Os quadros 2 e 3 mostram a classificação feita por regiões.

Os números no quadro são o ranking que cada país ocupa em cada área específicas por exemplo Ruanda ocupa o quinto lugares na classificação global, na participação econômica e oportunidade o país ocupa oitavo lugar, na área da educação ocupa os 110 lugares e no empoderamento político ocupa 8 lugares. O Índice fornece um instantâneo global da diferença de gênero nos quatro sub índices

Quadro 2 - Igualdade e desigualdade de gênero dos países da África 2016

Países/ Ranking	Índice Global	Participação Econômica e Oportunidade	Educação	Saúde e Sobrevivência	Empoderamento Político
Rwanda	5	8	110	89	8
Burundi	12	1	124	66	26
Namibia	14	20	35	1	31
South Africa	15	20	35	1	31
Mozambique	21	13	129	113	21
Cape Verde	36	104	90	1	23
Tanzania	53	65	126	53	33
Botswana	54	6	1	1	70
Zimbabwe	56	45	96	1	69
Lesotho	57	66	1	1	70
Ghana	59	10	119	85	95
Madagascar	60	32	101	88	81
Uganda	61	87	120	1	37
Kenya	63	48	116	83	64
Malawi	67	12	125	75	94
Senegal	82	94	133	123	27
Cameroon	85	39	130	114	65

Gambia	104	60	127	83	106
Swaziland	107	109	46	132	100
Ethiopia	109	106	132	57	45
Mauritius	113	121	71	1	116
Liberia	114	103	137	118	46
Angola	117	120	138	1	40
Nigeria	118	52	134	1351	109
Guinea	122	29	142	115	88
Burkina Faso	123	44	136	116	127
Bénin	127	141	143	116	128
Costa do	136	116	139	112	120
Mali	138	110	140	401	17
Tchad	140	74	144	111	111

Fonte: Relatório The Global Gender Gap Index, 2016

Com base no GGI, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) criou em novembro de 2015 seu Índice de igualdade de gênero. O índice mede três dimensões: Empoderamento Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Humano e Igualdade no Direito e instituições. Cada dimensão é baseada em um conjunto de indicadores que fornece uma pontuação geral para cada país. As pontuações variam de 0 a 100, sendo que 100 representa a igualdade perfeita de gênero. Ele, foi criado para medir disparidades de gênero, e promover o desenvolvimento.

O Empoderamento Desenvolvimento Econômico é o índice que compara a taxa de participação de homens e mulheres na força de trabalho, os salários, propriedades das empresas e acesso aos serviços financeiros. As pesquisas apontam que as mulheres africanas são as mais ativas economicamente no eixo global e as mais investidas no empreendedorismo (o setor informal). O índice Desenvolvimento Humano é o que mostra que investir em mulheres e meninas é uma das maneiras mais eficazes de promover o desenvolvimento. Investir no desenvolvimento humano, em particular na educação das meninas é uma prática de melhorar a qualidade de vida das mulheres, pois elas têm mais facilidade de ser produtivas na sociedade, na sua família e na sua comunidade. Quando as mulheres são analfabetas, elas têm uma saúde precária e não conseguem controlar sua fertilidade; seus filhos também sofrem. Esses problemas não afetam somente as mulheres, mas também são barreiras ao desenvolvimento da África.

A Igualdade no Direito e instituições: As mulheres têm responsabilidades de liderança na maioria dos países e das Aldeias da África. Em tempos de conflitos, elas costumam ser a voz

da reconciliação. Em tempos de paz, sua presença na instituição local e nacional as torna mais representantes da extensão da sociedade africana. No entanto, muitos africanos vivem sistemas de valores tradicionais e estão sujeitos a legislação desatualizada que as consideram cidadãos inferiores e impede que suas vozes sejam ouvidas nos órgãos de governo das sociedades africanas. A criação desse índice pode fazer com que as sociedades africanas sejam mais dinâmicas e as instituições a ser mais resistentes e mais ativas. O cálculo dos índices é semelhante ao do Índice mundial, o que difere é o acréscimo de um componente jurídico, integrado a igualdade em termos de lei e instituições com base de um questionário segundo as realidades africanas

Quadro 3 - Classificação do Índice de Igualdade de Gênero do BAD da África Subsaariana 2015

Países/Ranking	Índice Global	Participação Econômica e oportunidade	Desenvolvimento Humano	Leis e Instituições
South Africa	1	21	3	3
Rwanda	2	5	12	2
Namibia	3	20	5	4
Mauritius	4	20	35	1
Malawi	5	1	21	7
Lesotho	6	10	11	13
Botswana	7	4	4	27
Zimbabwe	8	9	14	10
Cape Verde	9	31	8	15
Madagascar	10	27	18	11
Burundi	11	13	30	6
Tanzanie	12	8	26	16
Uganda	13	7	34	12
Kenya	14	22	20	14
Ghana	15	14	23	18
Mozambique	16	17	35	8
Swaziland	19	19	9	39
Burkina Faso	22	23	31	22
Nigeria	23	18	32	30
Gambia	24	2	25	44

Angola	25	32	46	5
Bénin	29	24	41	20
Senegal	30	39	28	28
Cameroon	41	33	27	42
Côte d'Ivoire	43	49	37	29
Tchad	44	11	51	34
Mauritanie	46	35	33	47
Guinea	48	45	48	31
Mali	50	50	42	43

Fonte: Relatório do Banco do Africano de Desenvolvimento 2015.

No quadro geral, constata-se que a África do Sul se encontra no primeiro lugar, como Ruanda, os parlamentos desses países fazem parte dos mais equitativos do mundo, pois as mulheres representam quase 50%. Alguns países, como Ruanda e Tanzânia, introduziram em sua Constituição disposições para que as legislaturas incluam uma proporção mínima de mulheres. Ruanda é o primeiro e único país do mundo em que mais da metade dos parlamentares é de mulheres. O parlamento tem 64%, e 35% das mulheres fazem parte do Conselho de ministros. Ruanda está perto de alcançar a paridade de gênero em seu parlamento, graças à consagração da paridade em sua constituição, mas também à reconstrução social após o genocídio de 1994. Em Ruanda as mulheres possuem 41% das empresas. O presidente da república Ruandês estabeleceu uma cota constitucional obrigatória de 25 cadeiras reservadas para mulheres na assembleia nacional e outros 30% dos 20 membros do Senado. Mesmo que fora do hemiciclo, os direitos das mulheres ainda precisem ser fortalecidos, o país é certamente um exemplo a seguir

Assim como a constituição da Namíbia que garante a igualdade de gênero perante a lei e o direito à não discriminação. Ela faz parte de uma das poucas constituições da África a usar essa linguagem neutra. O país adotou o sistema de coloração política conhecido como "sistema zebra". Desde 2010, em Namíbia cada partido político é obrigado a apresentar uma lista com igual número de candidatos a homens e mulheres. Da mesma forma, cada ministro do sexo masculino é obrigado a escolher uma mulher como vice-ministro.

Costa do Marfim, Mali e Chade, têm uma classificação mais baixa nos índices de desigualdade de gênero em todos os setores. Apenas, Lesoto conseguiu alcançar um número alto em escolaridade e saúde e sobrevivência. O Botswana melhorou o setor educacional e

Angola, Maurício, Namíbia, África do Sul, Uganda e Zimbábue conseguiram uma classificação significativa na Saúde e Sobrevivência.

Na classificação global, a região Subsaariana está no último lugar no setor educacional, considerando que dezesseis países mostraram uma maior taxa de inscrição no ensino fundamental, onze no ensino médio e 7 no ensino superior. Oito de dez países têm uma classificação mais baixa no indicador de taxa de alfabetização da região. Em Saúde e Sobrevivência, a região melhorou mais do que qualquer outra na última década, pois ela tem mostrado uma alta participação da força de trabalho feminina, com 11 países no top 20 global nos dois indicadores. Vale ressaltar que a região precisa melhorar seu desempenho no setor educacional, principalmente a educação da mulher.

Segundo o BAD, uma política de eliminação das desigualdades de gênero e empoderamento das mulheres é um processo muito importante para aumentar o potencial dos africanos, que estimularia o desenvolvimento do continente.

O quadro a baixo mostra o índice global na região da América Latina e do Caribe com uma diferença de gênero remanescente média de 30%, uma pontua meio superior da faixa do Global Gap Index. A região abriga três dos dez principais países que melhoraram desde a criação do índice.

Quadro 4: Igualdade e desigualdade de gênero dos países da América Latina 2016

Países/ Ranking	Índice Global	Participação Econômica e Oportunidade	Educação	Saúde E Sobrevivência	Empoderamento Político
Nicaragua	10	92	1	1	4
Bolivia	23	98	98	1	11
Cuba	27	114	1	61	12
Barbados	28	4	1	1	78
Costa Rica	32	105	30	62	20
Argentina	33	101	54	1	22
Bahamas	37	3	1	1	99
Colombia	39	28	37	40	66
Ecuador	40	93	48	1	32
Jamaica	42	35	1	1	63
Trinidad Tobago	44	51	69	1	50

Panama	47	55	62	1	54
EL Salvador	64	95	73	1	52
Mexico	66	122	51	39	34
Chile	70	119	38	1	39
Venezuela	74	71	33	59	89
Honduras	78	96	1	1	75
Brazil	79	91	42	100	86
Peru	80	111	80	1	60
Uruguay	91	90	39	1	104
Suriname	95	100	44	1	91
Paraguay	96	82	59	1	122
Dominican Repucain	97	78	77	97	118
Belize	98	59	75	1	135

Fonte: Relatório do The Global Gender Gap Index, 2016.

Na região da América Latina, a média da desigualdade de gênero é de 30% (Quadro 4). Há países de alto desempenho desde a criação do índice, que são Nicarágua, Bolívia e Equador; e os de menor desempenho, que são a República Dominicana, Belize e Guatemala. Seis países da região adotaram totalmente os serviços sobre a Educação, Saúde e Sobrevivência. Dos 25 países cujos dados foram calculados, 17 melhoraram sua pontuação geral em relação ao ano passado, enquanto oito regrediram.

A Nicarágua, é o primeiro país da região a melhorar a sua política de desigualdades de gênero em termos de educação, saúde e sobrevivência. O país tem a maior classificação na região em empoderamento político, com mais de 50%. A Bolívia registra um pequeno declínio na participação da força de trabalho feminina, mas alcançou a paridade no número de mulheres e teve uma diminuição em termo de desigualdades no setor da saúde e sobrevivência. Mas é o segundo país com o pior desempenho da região na educação.

A Costa Rica continua melhorando a participação econômica e oportunidade. Sua diferença de gênero em termos educacionais terminou com um melhor índice desde 2011 e está entre as 20 melhores do mundo em Empoderamento Político. Cuba continua a figurar entre os países com índice mais baixos da região na Participação Econômica e Oportunidade, mas na educação tem um índice alto. Barbados permanece entre os países com melhor desempenho na

região e no mundo no setor de Oportunidades Econômicas. Jamaica continua a melhorar o empoderamento político, com uma participação crescente de mulheres no parlamento.

A desigualdade de gênero na Argentina em Saúde e Sobrevivência permanece alta e o país continua a ser um dos melhores desempenhos em Empoderamento Político. Apesar do bom desempenho na educação, o país não considera a força do trabalho feminino, ocupando a pior posição regional no índice de Participação Econômica e Oportunidade. Colômbia tem uma maior participação econômica e oportunidade devido ao aumento da participação da força de trabalho feminino. Equador continua sofrendo uma reversão de desigualdade na participação econômica e oportunidade, com retrocessos em todas as categorias, exceto profissionais e técnicos, onde alcançou a paridade. Sua desigualdade de gênero em Saúde e Sobrevivência permanece alto. Panamá e El Salvador, com um aumento na Participação Econômica e uma diminuição na Oportunidade. Ambos os países alcançaram paridade de gênero na Saúde e Sobrevivência. México, mantém um desempenho estável na maioria dos indicadores.

Chile continua crescendo na participação econômica e na oportunidade de trabalho das mulheres. A Venezuela registra uma diminuição de mulheres no parlamento, enquanto o Peru vê um aumento. Desta forma, o Peru continua sendo o país com a maior diferença de gênero no setor de saúde e sobrevivência na região. Honduras melhorou sua participação da força de trabalho feminina e sua diferença de gênero no nível educacional. O Brasil registrou uma melhoria na diferença de gênero na participação da força de trabalho e na escolaridade pela primeira vez em cinco anos, com uma mulher sendo chefe de Estado. Uruguai, apesar de ter um progresso no setor da educação a desigualdade de gênero continua maior. Suriname, Belize, República Dominicana e Paraguai, superam a Guatemala devido a melhorias na participação na força de trabalho feminina e no número alto de legisladoras, funcionários e gerentes do sexo feminino (Gender Gap Index, 2016).

2.5 Política de gênero na Costa do Marfim

Desde 1975, a Costa do Marfim aderiu a muitas convenções internacionais et regionais, voltadas a promoção da igualdade de gênero. Muitas reformas nacionais foram adotadas, assumido a plena capacidade jurídica da população, incluindo mulheres, a igualdade salarial e direitos iguais no mercado de trabalho. Apesar de todos os esforços do governo, as questões relacionadas a igualdade de gênero precisa de investimento em capital humano, material e financeiro para uma propensão mais adaptada a realidade do país. Na Costa do Marfim, a questão de gênero não é sempre tratada com eficácia para considerar o país como um exemplo

de desenvolvimento equitativo na região. Esta situação é explicada pela ausência de política sobre gênero, de oportunidades, e de Equidade. Dez anos após a adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, os esforços feitos para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em África resultou na ratificação de muitas convenções e cartas internacionais ou regional. (MINISTERE DE LA FAMILLE, DE LA FEMME ET DES AFFAIRES SOCIALES,2019)

Na Costa do Marfim, o princípio da equidade entre homens e mulheres também é reconhecido na Constituição de 1 de agosto de 2000. Infelizmente, muitas desigualdades permanecem, devido a razões cultural, institucional e jurídico. O desequilíbrio entre mulheres e homens se vê na esfera política visto que a cena é dominada pelos homens. No entanto, a participação das mulheres nas políticas melhorou desde a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo em 1994 e Conferência de Pequim em 1995.

Durante vinte anos, o modelo de desenvolvimento da Costa do Marfim, é baseado no uso extensivo de recursos naturais, mão-de-obra e capital estrangeiro. Os planos de desenvolvimento implementados são enfrentam muitas desigualdades (sociais, econômicas ...) que existem entre homens e mulheres. A contribuição das mulheres no desenvolvimento econômico do país não é levada em consideração, seu trabalho não é reconhecido nem valorizado nos níveis macroeconômico e microeconômico. No nível da agricultura, as mulheres são uma parte importante da força de trabalho principalmente na colheita do café, cacau e algodão. Embora a participação das mulheres seja notável no setor informal, a renda gerada são, em média, 33% inferiores aos dos homens.

Uma distribuição da ocupação, por sexo, mostra que os homens ocupam a maioria dos empregos na agricultura, 70,1% indústria 68,4% e no setor de serviços 60,4% em 2015. Por outro lado, as mulheres são representadas principalmente no comércio e ocupam 59,5% dos empregos. Note-se que a maioria das mulheres trabalham no setor informal. Portanto, a taxa de empregos informal é 78,9% para mulheres versus 64% para homens. A Política Nacional de Emprego 2016-2020 mostra que empregos domésticos (serviços domésticos) ocupadas em 2015 em 51,6% por mulheres e 77% por jovens (14-35 anos). Além disso, no nível institucional e de segurança, o governo permitiu o recrutamento de 291 mulheres. Apesar desses esforços, a questão de gênero e empoderamento das mulheres ainda está presente na sociedade. De fato, as mulheres ainda são minoria e a sub-representação delas em vários campos é forte: na administração pública, elas são apenas 58.001 de 187 780 e em nível ministerial, elas representam apenas 21% ou seis (6) mulheres de 29 ministros. 11% das deputadas, 5,1% das prefeitas e 3,2% das mulheres presidentes de conselho regional (PNUD,2010-2017)

Quadro 6: Cronologia dos principais eventos sobre gênero na Costa do Marfim

ANOS	EVENTOS
1995	Costa do Marfim tornou-se um estado membro da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979 (CEDAW).
1998	Votação na Assembleia Nacional da lei n° 98-757, de 23 de dezembro de 1998, relativa à repressão de todas as formas de violência a Mulheres, incluindo mutilação genital feminina; Votação na Assembleia Nacional da Lei n° 98-756, de 23 de dezembro de 1998, que altera e completa a Lei que Estabelece o Código Penal Reprimir assédio sexual, trabalho forçado e união precoce ou forçada.
1 AGOSTO DE 2000	A Constituição da Costa do Marfim consagra o princípio da igualdade entre homens e mulheres
2007	Declaração Solene da Costa do Marfim sobre Igualdade de Oportunidades, Equidade e Gênero
2008-2012	Adoção do Plano de Ação para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança sobre Mulheres, Paz e Segurança
2013	Promulgação pelo Presidente da República da nova lei sobre o casamento, que responsabiliza o marido como membro superior da família
2015	Estabelecimento do Conselho Nacional da Mulher (CNF)
2016	Registro do princípio da igualdade entre homens e mulheres na Constituição de 30 de outubro de 2016 e seu declínio em vários campos (paridade no mercado de trabalho, participação política e combate à violência contra mulheres).

FONTE: Relatório PNUD Costa do Marfim ,2017

Apesar das leis estabelecidas no país as mulheres continuam sendo a maioria da população pobres (PNUD,2017) e enfrentam dificuldades nas áreas como educação, saúde, emprego e outras oportunidades econômicas. Embora a desigualdade de gênero afeta sem exceção todos os países do mundo, o continente africano está particularmente mais em causa e o tem enormes desafios para avançar em direção à igualdade de gênero. A maioria dos países africanos assinaram o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, relativa a direitos das mulheres, os Chefes de Estado se comprometeram a lutar contra a desigualdades de gênero através de uma declaração solene da União Africana em 2004 e declarou o período de 2010-2020 como a década de emancipação da Mulher Africana.

Enfrentar o desafio da equidade de gênero é fundamental para o Continente. Faz parte de uma das condições para que o continente seja emergente. Costa do Marfim, enfrenta uma

séria desigualdade de gênero. As mulheres têm menos acesso à educação do que homens e estão enfrentando mais dificuldade de acesso a saúde e mercado de trabalho. Além disso os aspectos culturais, religiosos e institucionais se tornaram mais intensa o período da crise sociopolítica. Para enfrentar esses desafios, o governo da Costa do Marfim ratificou os tratados internacionais sobre igualdade de gênero e está trabalhando para reduzir as desigualdades de gênero. Isso também se reflete na constituição de 2016, que faz da igualdade entre homens e mulheres um princípio major. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para resolver a questão de gênero, especialmente o empoderamento das mulheres, um passo para melhorar a produtividade geral do país, quebrando a transmissão inter geracional da pobreza e reduzir a exclusão.

O quadro a baixo apresenta o salário de homens e mulheres nos países da África subsaariana e a porcentagem de diferenciação. Os salários são calculados a partir da ferramenta Gap de Gênero África, um site que permite calcular a disparidade salarial entre homem e mulher de países africanos baseando-se nos dados do relatório Global gap de gênero citado em cima. O site é financiado pela fundação BILL e Melinda Gate.

Quadro 5: Salário de homens e mulheres em alguns países da África Subsaariana. 2019

Países	Salário em moeda nacional		Nome da moeda nacional	Porcentagem %
	Homem	Mulher		
Angola	79870	46212	Kwanza (KZ)	73
Bénin	63.403	60.000	Franco CFA(XOF)	6
Botswana	1153	1000	Pula (P)	15
Burkina Faso	91294	60000	Franco CFA(XOF)	52
Cabo Verde	20.315	10.039,99	Escudo Cabo-Verdiano	102
Chade	97.805	60.000	Franco CFA(XAF)	63
Costa do Marfim	125.688	60000	Franco CFA(XOF)	109
Etiópia	4.975	12.288	Birr(BR)	66
Gambia	12.288	5.122,5	Dalase (D)	140
Gana	783	550,75	Cedi	42
Guínea Conakry	948.034,64	1.345.969	Franco da Guiné (FG)	42
Quênia	15.808	10.208,95	Xelim(KSH)	55

Lesotho	2.519	1.478,78	Loti (L)	70
Libéria	20.137	19.775,04	Dólar liberiano (L\$)	2
Madagascar	560.029	371.457,14	Aryari(MGA)	51
Malawi	112.107	73.505,46	Kwacha (MK)	53
Mali	141.458	60000	Franco CFA (XOF)	136
Mauritânia	105.184	35.699,96	Ouguiya (UM)	195
Moçambique	7.437	6.335	Metical (MT)	17
Namíbia	1684	1478,73	Dólar da Namíbia	14
Nigéria	55.574	36.156,96	Naira	54
Ruanda	137.397	92.931,95	Franco Ruandês	48
Senegal	119.081	60.000	Franco CFA(XOF)	98
África do sul	2546	1.478,53	Rand(R)	72
Tanzânia	319.118	229.668,59	Xelim Tanzânia (TSH)	39
Uganda	651.683	369.460	Xelim ugandês	76

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados de gender gap, África

NB: Os salários nas moedas nacionais valem mais ou menos 100 dólares.

Nos quadros gerais vemos uma disparidade salarial considerável entre homens e mulheres. Em Angola os homens ganham em média 73% mais do que as mulheres, no Benim 6%, Botswana 15% Burkina Faso 52%, Cabo Verde 102%, Chade 63%, Costa do Marfim 109%, Etiópia 66%. Gâmbia 66%, Gana 42%, Guiné 42%, Kenya 55%, Lesoto 70%, Libéria o país com menor desigualdade com 2%, Madagascar 51%, Malaui 53%, Mali 136%, Mauritânia 195% um dos países a ter um pior índice de disparidade salarial da África países. Em Moçambique os homens recebem 17% mais do que as mulheres, em Namíbia 14%, Nigéria 54%, Ruanda 48%, Senegal 98%, África do Sul 72%, Tanzânia 30% e por fim Uganda 76%.

3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E POLÍTICA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O tema ambiental que marca a denominação dos ODS surge em nível supranacional nos anos 1970. Devido a utilização abusiva dos recursos naturais ligados ao crescimento econômico e demográfico, o clube de Roma abriu uma preocupação sobre o assunto. A associação criada em 1968 é formada por cerca de 30 profissionais empresários, diplomatas, cientistas, educadores, humanistas, economistas e altos funcionários governamentais de dez países. Essa organização não governamental foi criada para tratar assuntos relacionados ao uso exacerbado e crescente de recursos naturais não renováveis. O nome surgiu porque a primeira reunião aconteceu na academia Dei Lincei em Roma na Itália.

A importância do Clube de Roma está relacionada a um estudo que eles encomendaram ao MIT (Michigan Institute of Technology) e que resultou num relatório intitulado de Limites ao Crescimento. Este relatório foi publicado na forma de um livro que foi traduzido em diversas línguas e obteve grande aceitação social. A tese do relatório era que o planeta não suportaria o nível de crescimento no uso dos recursos renováveis, propondo assim um crescimento zero nos anos seguintes. Contudo, esta limitação contrariava os interesses dos chamados países em desenvolvimento, aqueles que ainda não haviam esgotado o processo de industrialização.

Foi com esse clima de confronto entre os precursores da ecologia e da economia que aconteceu a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente em Estocolmo, em 1972. A Conferência deu origem ao eco desenvolvimento, formulado por Maurice Strong em junho de 1973, principalmente voltado aos países do Terceiro Mundo. Na década de 1980, o economista Ignacy Sachs requalifica o conceito de Ecodesenvolvimento, criando três pilares que são eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Na década de 1980, a IUCN (União Internacional para conservação da Natureza), mencionou pela primeira vez o nome "Sustainable Development", também traduzido como desenvolvimento durável hoje chamado de desenvolvimento sustentável, na época não foi considerado como um assunto muito importante, até surgir na publicação do relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, também conhecido como Relatório Brundtland, em homenagem a Presidenta da Comissão. Gro Harlem Brundtland, então Primeira Ministra da Noruega. A Comissão definiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável como "um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras". Desde então, o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo adotado pelo Sistema da ONU. O ponto principal do relatório de

Brundtland foi o conceito do desenvolvimento sustentável. (SCIENCES ET TECHNOLOGIES DE L 'INDUSTRIE ET DU DEVELOPPEMENT, 2019)

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável e o eco desenvolvimento são parecidos, os dois abordam o direito das gerações futuras como principal assunto do planeta. Os dois conceitos estipulam que o meio ambiente deve ser uma preocupação econômica. O objetivo desses dois conceitos é a criação de uma sociedade Sustentável. (LAYRARGUES, 1997)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são definidos em 17 prioridades, adotadas em setembro de 2015 pela ONU como parte da Agenda 2030. Os ODS foram uma complementação aos objetivos do milênio (ODM) a fim de melhorar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional. Os objetivos eram 8 com principais preocupações humanitárias como a pobreza, a fome, acesso a saúde e a educação. Essas prioridades eram destinadas aos países em desenvolvimentos entre 2000 e 2015. Essa agenda do desenvolvimento teve maior repercussão e deu um resultado positivo na redução da fome, pobreza e desigualdades. Os ODS pretendem superar esta meta enfrentando desafios globais. Assim os objetivos do desenvolvimento sustentável são: (ODS,2019)

1. Erradicação da pobreza
2. Fome Zero e Agricultura sustentável
3. Saúde e Bem Estar
4. Educação de Qualidade
5. Igualdade de Género
6. Água Potável e Saneamento
7. Energia Limpa e Acessível
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura
10. Redução das Desigualdades
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis
12. Consumo e Produção Responsáveis
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima
14. Vida na Água
15. Vida Terrestre
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17. Parcerias e Meios de Implementação

Cada um dos objetivos tem uma meta respectiva, que contabilizam 169 metas no total. Cada meta tem uma prioridade e uma ação. Como por exemplo, o ODS 5 tem como meta garantir um igual acesso de todas as mulheres às ocupações de em todos os níveis. Para atingir essa meta é preciso que as mulheres tenham o mesmo direito político e econômico que os homens, na tomada de decisões (ODS,2019).

Quanto a cooperação internacional, segundo o relatório sobre o desenvolvimento econômico na África de 2010 a história africana de cooperação com o Sul é de uma importância extrema. O início da sua participação com a cooperação Sul-Sul é desde os anos 1955, quando a maioria das nações começaram a ter sua independência. A conferência foi em Bandung, na Indonésia, essa conferência estimulou os países em desenvolvimento a reduzir sua dependência dos países industrializados fornecendo assistência técnica a fim de alcançar a paz no mundo. A Conferência de Bandung deu o impulso necessário à formação de várias alianças Sul-Sul. Assim, levou à criação do Movimento não alinhado em 1961. Foi o estímulo da criação do Grupo dos 77 (G-77) (conjunto das nações em desenvolvimento que visa promover os interesses econômicos coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta nas Nações Unidas) durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964. (NAÇÕES UNIDAS,2010)

O motivo da conferência de Bandung era estimular a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Entretanto, foi a partir de 1978 que um plano de ação chamado de plano de ação de Bueno Aires foi adotado. Os objetivos elaborados por esse plano são: reforçar a interdependência econômica, social e política dos países em desenvolvimento; acelerar o desenvolvimento; e corrigir o desequilíbrio do sistema internacional entre países industrializados e países em desenvolvimento.

A cooperação Sul-Sul tem sido um elemento muito importante para os países africanos, pois sua participação vem crescendo ao longo do tempo desde sua criação. O objetivo dessa participação ativa é reforçar mais a colaboração dos países desenvolvidos. Na criação dessa cooperação a preocupação maior era resolver mais os casos políticos, mas com passar do tempo os interesses se expandiram e passaram a ser também econômicos. Os países da região mostraram muito seu interesse a promover as relações Sul a fim de estimular a economia, combater a pobreza e se inserir na economia global. O principal desafio dos países é lutar contra a extrema pobreza e a fome que alguns países estão enfrentando, além disso tem a questão da mudança climática, doenças graves, infraestruturas precárias e conflitos internos

Nos últimos anos, os países africanos foram afetados com a crise econômica e financeira mundial, que de fato prejudicaram o seu esforço para alcançar os Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio (ODM). A fim de reforçar os planos da cooperação Sul-Sul a ONU criou algumas instituições especializadas nesse assunto como o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a agência das Nações Unidas sobre o comércio e desenvolvimento (UNCTAD) e várias outras agências especializadas das Nações Unidas. Essas agências criaram novos programas de trabalho relacionados à cooperação Sul-Sul. Durante o trigésimo aniversário da adoção do Plano de Ação de Buenos Aires, a ONU organizou uma conferência em Nairóbi e reafirmou a necessidade de consolidar a cooperação Sul-Sul como mecanismo de estimular o crescimento e lidar com as dificuldades econômicas enfrentadas pelos países em desenvolvimento.

Existem três formas de cooperação com o Sul. A primeira forma de cooperação é bilateral, ela acontece entre África e países em desenvolvimento como (China, Índia, República da Coreia e Turquia). A segunda diz respeito à cooperação trilateral no sentido de que opera entre um país da África e dois países em desenvolvimento de diferentes regiões (Índia-Brasil-África do Sul) e a terceira forma de cooperação está ocorrendo em nível regional entre África e outras regiões em Desenvolvimento como (África-China). Os três principais acordos são novos.

Nos últimos anos vários países do Sul assinaram acordos de cooperação com os países africanos entre eles a República Bolivariana da Venezuela, Brasil, China, Cuba, Índia, Kuwait, República da Coreia, Arábia Saudita, Turquia e Emirados Árabes Unidos. Alguns estabeleceram diálogo estruturado entre eles a China, Índia, República da Coreia e Turquia enquanto outros como a república bolivariana da Venezuela e Cuba o diálogo é bilateral formal.

Apesar disso é possível existir cooperação bilateral entre países sem ter diálogo. Assim, a República Bolivariana da Venezuela, o Brasil, Cuba Kuwait, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos fizeram esse acordo com vários países da região a fim de ajudar a melhorar o setor de saúde, infraestruturas e agrícola. A República Bolivariana da Venezuela e o Brasil são os principais países a estabelecer uma cooperação inter-regional entre a América do Sul e África. Os dois países são os principais pilares da colaboração entre países em desenvolvimento nas negociações multilaterais e na reforma financeira internacional.

Além disso existe cooperação inter-regional, que é uma cooperação que acontece entre o continente africano e os países do Sul de cada continente que são África-Ásia, África-América do Sul e também com o mundo Árabe. As cooperações Inter-regionais tem sido uma iniciativa evolutiva pelo continente africano principalmente a parte Subsaariana.

A parceria África- América do Sul (ASA), que de algum modo tem uma ligação cultural com algumas partes da região africana. Essa cooperação Inter regional iniciou de 26 a 30 de

novembro do ano 2006 em Abuja na Nigéria onde aconteceu sua primeira cúpula que tinha como objetivo reforçar a cooperação entre as duas regiões a fim de dar valor ao multilateralismo e eliminar todas as dificuldades enfrentadas. O objetivo geral da ASA é realizar uma cúpula cada dois anos. Assim, a segunda cúpula foi em setembro de 2009 no Estado de Nueva Esparta, na República bolivariana de Venezuela. A preocupação dessa cúpula era ligada sobre a questão da agricultura, água, paz e segurança, lutar contra a fome, condição das mulheres e mais. Para facilitar essa cooperação e realizar esses projetos a ASA pensou na criação de um banco e uma comissão econômica. A partir desse momento as empresas Sul americanas (Petrobras, Embrapa) começaram a desenvolver projeto em alguns países da África como a Nigéria, Angola e Gana principalmente no setor energética, infraestrutura e agricultura. Apesar de todas relações existentes entre as duas regiões elas não têm um acordo comercial de investimento pois a relação comercial do continente africano é mais centrada na Europa, América do Norte e Ásia.

A parceria África Ásia, uma parceria que data desde a conferência de Bandung de 1955. Em abril de 2005, líderes de países asiáticos e africanos se reuniram em Jacarta na Indonésia para comemorar o quinquagésimo aniversário da parceria e identificar formas de estimular a cooperação entre as duas regiões. A partir daí nasceu uma nova parceria estratégica África-Ásia (NAASP) que tem como âmbito, desenvolver a solidariedade política, cooperação econômica e relações socioculturais. Os princípios dessa parceria são solidariedade, amizade e cooperação.

3.1 Cooperação Internacional ao Desenvolvimento

A Cooperação Internacional é vista por um lado como uma ação de ajuda financeira para alcançar o desenvolvimento, e por outro lado, como um fluxo de mercado no sentido de ter um investimento direto estrangeiro ou remessas. Com isso existe 3 tipos de cooperação internacional ao desenvolvimento: Transferências (em espécie), o Fortalecimento de capacidades e Mudança de política. (ECOSOC, 2015)

O primeiro estipula que, as pessoas confundem ajuda e transferência bancária. A ajuda é um elemento importante da cooperação ao desenvolvimento pois ela constitui uma atividade necessária. A diminuição dos fundos transferido pelos países ricos nos países pobres atinge um nível alto e pode trazer uma mudança no sistema político, pois sem a estabilidade política é difícil garantir a estabilidade financeira com falta de fundos de emergência que permite a garantir a crise da liquidez.

Quanto ao segundo, por causa da sua atuação muitos países estão melhorando seu nível de pobreza. Com isso o fato de ser menos dependente das transferências pode ajudar a ter mais

vantagem da cooperação ao desenvolvimento. O fortalecimento das capacidades é um fator muito importante da ajuda, e com a evolução do tempo ela pode se tornar uns dos fatores principais conforme a mudança acontecida no programa internacional de desenvolvimento sustentável em comparação ao objetivo do milênio.

O terceiro é a mudança de política. É sempre bom aceitar que medida oferecidas por países ricos aos países pobres não é sempre ligada às transferência de fundos ou de conhecimento apenas das supressões de regras e atividades que fazem com que os países pobres permaneçam dependentes de ajuda externa.

As intenções reais que motivam a ajudar um país em desenvolvimento ou promover os interesses do parceiro internacional (um país ou organização privada) nem sempre são claras. A cooperação para o desenvolvimento abrange uma grande parte da ação internacional e tem diferentes formas de apoio. A adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável vai servir a consolidar a importância das modalidades não financeiros e todos os atores decidirão qual lado escolher. Desta forma se os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio consideram a ajuda como o principal fator de apoio, os objetivos do desenvolvimento sustentável, colocam várias medidas para promover o desenvolvimento como alguns deles são sistêmicos, e outros específicos ao contexto. (ECOSOC, 2015)

3.2 Cooperação Regional sobre o Gênero na África Subsaariana.

Há muitos anos desde o final do século passado muitas convenções, declarações, conferências nasceram no nível internacionais obrigando os Estados a inserir a igualdade de gênero nas políticas nacionais, entre outras, a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as mulheres) ratificada pela França em 1983, Copenhague em 1980, Nairóbi em 1985 e Beijing em 1995. Com esses múltiplos compromissos, acrescenta-se o da comunidade internacional em 2000 sobre os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), incluindo como objetivo 3 e a reafirmação em 2005 da Assembleia Geral das Nações Unidas da "a necessidade de incorporação da perspectiva de gênero como a única maneira de alcançar o desenvolvimento sustentável". Os governos africanos assinaram e ratificaram várias dessas declarações, convenções e protocolos internacionais e regionais.

O tema sobre gênero tem sido um assunto muito importante para as Nações Unidas de tal forma que ela apoiou a comissão Econômica africana a fim de analisar seu desempenho na consecução dos objetivos acordados na quarta conferência mundial sobre as mulheres em

Pequim em 1995 na China, assim como a Oitava Conferência Regional Africana sobre Mulheres (Pequim + 15), realizada em 2009 em Gâmbia. (BEIJING 20,2014)

Segundo o relatório geral publicado pelo Conselho Econômico e Social da ONU em 2014, a União Africana (UA) tem uma política de gênero a fim de apoiar o fortalecimento de suas políticas nacionais e dar um passo para resolver o problema da desigualdade. Além disso ela promove a igualdade através da política de paridade. A Declaração sobre Igualdade de Gênero na África, foi adotada na terceira sessão ordinária dos Chefes de Estado da União Africana (UA) em julho de 2004. Uma das questões colocadas na agenda foi sobre igualdade de gênero em todos os setores socioeconômicos e políticos. O Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e Povos (Protocolo de Maputo) entrou em vigor em 2005 foi uma inovação que exige os governos a integrar a política de gênero nos programas e atividades de desenvolvimento principalmente nas ações de direitos políticos, civis, sociais, culturais e econômicas das mulheres. (BEIJING 20, 2014)

A partir da quarta conferência Mundial sobre as mulheres em 1995, que resultou o comprometimento dos Estados, a fim de dar um avanço na igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres, reafirmando o princípio de que os direitos das mulheres e meninas são uma parte dos direitos universais integrais e indivisíveis do homem. A revisão de Pequim de 2004 revelou que as medidas foram tomadas estabelecendo políticas e adotando uma lei para igualdade de gênero. Além disso vários exames foram estabelecidos e os países aumentaram o nível de representação massiva das mulheres nas tomadas de decisão. Apesar disso, a desigualdade ainda é registrada na grande maioria dos países. Isso foi uma implementação para reduzir todos os obstáculos do desenvolvimento, inclusive a maneira pela qual é possível alcançar um desenvolvimento equitativo, favorável ao gênero e o desenvolvimento segundo os objetivos da ODS.

A partir disso a implementação da declaração e plataforma de ação de Pequim foi de grande importância, pois promover a igualdades de gênero é um fator importante para acelerar o desenvolvimento sustentável e constitui um direito humano fundamental que tem repercussão positivo no desenvolvimento. Desta forma um relatório nacional foi pedido para cada país. O relatório foi enviado por 51 países, três não conseguiram apresentar, Guiné Equatorial, Líbia e República Centro-Africana.

Dos 51 países que responderam as questões sobre progresso em igualdade de gênero, equidade e empoderamento uma variação sub-regionais foram observadas na implementação de uma combinação de políticas, com isso a África Central ficou atrás de outras sub-regiões em 14,3% foi seguido pela África Oriental e Norte da África em 33,3% cada, África Austral em

36,4% e a África Ocidental que ficou no topo da lista, com 40%. Cada região desempenhou um papel apoiando e fortalecendo um mecanismo para a promoção das mulheres. Os setores públicos e privados foram muito eficazes nas prestações de serviços como a redução das taxas de juros, que oferece oportunidades de crédito mais acessíveis para mulheres e na conscientização, mobilização social, educação e treinamento, advocacia e formulação de políticas.

A implementação de estruturas globais principais, como os ODM, estruturas Rio + 20, Educação para Todos paralelo às iniciativas regionais, em particular a Campanha pela Redução Acelerada da Mortalidade Materna na África, o Mecanismo Africano de Revisão por Pares da NEPAD (Nova Parceria Pelo Desenvolvimento da África), e o Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura na África.

A evolução que cada país tem feito em todas as áreas de empoderamento das mulheres é enorme. Além disso, as mulheres tiveram mais vozes e ações fortalecidas, no poder e na tomada de decisão principalmente na política. O setor que não teve muito progresso foi nas áreas de emprego e do salário. O sucesso registrado na educação fez com que foi implementado estruturas globais e regionais em cada país a fim de responder a uma das metas dos ODM. Deste modo foi criado o programa de ensino fundamental e universal gratuito para todos na maioria dos países africanos como: Angola, Botsuana, Burundi, Chade, Comores, Gabão, Gana, Quênia, Lesoto, Libéria, Malawi, Mauritânia, Maurício, Namíbia, Nigéria, República do Congo e Uganda.

Além da implantação dos programas de ensino fundamental, destacam-se os planos estratégicos para a educação de meninas na Costa do Marfim, seguido pela criação de campanhas de conscientização visando reduzir a taxa de abandono e reprovação escolar. Observa-se aumento substancial do orçamento de educação na Guiné Equatorial, Quênia, República do Congo, bem como o incentivo para aumentar o número de mulheres no ensino superior na Angola, Burkina Faso, Eritreia, Quênia, Malawi, Mauritânia, República do Congo, Uganda, Zâmbia e em Zimbábue).

Há também os projetos de cuidados especiais para que as meninas grávidas continuem a frequentar a escola (Angola, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Namíbia, Zimbábue); assim como os programas para acabar com a desigualdade de gênero na educação (Chade, Comores, Costa do Marfim, Eritreia, Libéria, Malawi, Mali, Namíbia, Tunísia, Zâmbia). Por fim, deve-se mencionar a criação de um laboratório de apoio e desenvolvimento de estudos sobre programas e políticas de pesquisa de gênero e políticas

(Botsuana, Burundi, Chade, Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Quênia, Lesoto, Malaui, Mali, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue)

Segundo o Relatório regional da África de Beijing 20 (2014), a implementação desses programas pelos países gerou um aumento na taxa de matrículas da África Subsaariana de 18% entre 2000 e 2012. Os números de inscrições dobraram de 62 milhões para 149 milhões. É importante ressaltar o caso do Níger (uns dos IDH mais baixos da região), que aumentou sua taxa de matrícula de 53 para 62 por cento entre 2009 e 2011, enquanto Gana aumentou de 77 a 84 por cento e Mali de 64 a 67 por cento no mesmo período. Além disso dos 37 países africanos que disponibilizarem os dados, 27 tiveram um índice de paridade de sexo alto com 9 países indicando um desequilíbrio a favor das meninas.

No Botswana a taxa de escolaridade ligada ao gênero passou de 89,1 em 2010 para 98,7 por cento em 2014 (representando uma taxa de crescimento anual de 2,25 por cento), enquanto a dos meninos é de 95,4% no ensino fundamental. O Ensino médio registrou um aumento de 65,6% em 2010 para 68% em 2014 para meninas, comparado ao dos meninos que passaram de 66,9% para 68,2% no mesmo período. Na Etiópia, o ensino fundamental, a taxa de escolaridade das meninas passou de 90,7% em 2008 e 2009 para 92,4% em 2011 e 2013. Além disso, é registrada uma baixa taxa de escolaridade entre meninas e meninos no ensino fundamental, que passou de 6,9% em 2008 e 2009 para 5,8% em 2012 e 2013.

Apesar dos dados informados, a taxa de alfabetização na África Subsaariana ficou de 68% para homens e 51% para mulheres; que corresponde a um índice de paridade de gênero de 0,74 (UNESCO, 2012). Com isso os governos pegaram a iniciativa de adotar políticas que consideram a educação das meninas. Além disso, os financiamentos dos projetos nacionais para atingir a equidade e igualdade de gênero são limitadas. De acordo com o relatório regional 2014, a alocação anual do orçamento mostra que 14 países tiveram alocações em torno de 10% ou menos. Somente o Chade relatou uma alocação de 20% dos cofres nacionais.

Apesar da capacidade e a vontade dos Estados de terem política e projeto voltados para a equidade de gênero eles enfrentam vários problemas como: o acesso limitado das mulheres sobre as terras devido às restrições tradicionais. Isso resulta em uma obstrução da capacidade das mulheres participar ativamente e se beneficiar do processo de crescimento de uma maneira que reconheça o valor de suas contribuições, que respeite sua dignidade e lhes permita negociar uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento (BEIJING 20, 2014)

O continente africano fez muito progresso na implementação dos compromissos regionais sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres foram reconhecidos como objetivos prioritários nos discursos

sobre o desenvolvimento sustentável da África. Investir nesses objetivos também é reconhecido como uma maneira econômica de alcançar um crescimento diversificado, bem como o desenvolvimento sustentável do continente. Além disso, os Chefes de Estado africanos proclamaram o ano 2015 como o "Ano do Empoderamento e Desenvolvimento das Mulheres para a Implementação da Agenda 2063". Ao mesmo tempo, adotaram a Agenda 2063, uma estrutura de desenvolvimento que visa alcançar um continente "integrado, pacífico, próspero, orientado para as pessoas e uma força dinâmica no cenário internacional.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento equitativo das sociedades é um fator relevante de coesão social e estabilidade da Paz. As sociedades se diferenciam pelas classes sociais, etnias, distribuição etária, religião e, sobretudo, gênero. A desigualdade de gênero é um dos fatores mais preocupantes que afetam o bem-estar nas sociedades, uma vez que a discriminação impede uma aplicação justa das leis. Como exemplo, na maioria das sociedades africanas, a mulher não tem o mesmo direito sobre as terras que os homens. As mulheres têm mais restrições e menos possibilidades de desenvolver suas capacidades. A desconsideração dessas desigualdades pode fragilizar as políticas públicas do desenvolvimento sustentável.

Segundo o relatório Gender-gap publicado pelo Fórum Econômico Global em 2017, ainda é preciso 100 anos para se chegar a uma sociedade igualitária no ritmo de avanço observado até agora. O afastamento das mulheres em alguns setores ocupacionais, a diferença salarial e outras discriminações, apontam um grande problema de tal forma que há necessidade de estabelecer soluções para eliminar a desigualdade de gênero de forma efetiva. É importante ressaltar que as normas culturais machistas, assim como outros fatores que desvalorizam o trabalho das mulheres e seu acesso ao trabalho remunerado são obstáculos para garantir direitos iguais para às mulheres.

A igualdade de gênero faz parte dos objetivos do desenvolvimento e é essencial para acelerar o desenvolvimento socioeconômico e melhorar as chances de famílias, comunidades e nações menos desenvolvidas. Embora o assunto sobre a desigualdade seja uma preocupação nas sociedades africanas, a dimensão do problema é ainda muito grande. O Índice de Desigualdade de Gênero do PNUD, que mede as desigualdades de gênero em saúde, empoderamento e economia de 155 países do mundo, relata que 32 dos 55 países com mais disparidades estão na África, ainda que as mulheres africanas desempenhem um papel muito importante em atividades informais. Abordar questões de gênero e desenvolvimento é uma prioridade, pois permite reduzir a pobreza do continente.

No meio dessas desigualdades, observa-se uma mudança progressiva que se manifesta pelo protagonismo das mulheres na África, principalmente pela representação e participação feminina em altas funções administrativas e políticas. Neste sentido, a cooperação regional sobre o gênero possibilitou um grande progresso na emancipação das mulheres nos processos de tomada decisões em todas as esferas no continente. Como exemplo, pode-se considerar a eleição na Libéria da presidenta HE Ellen Johnson Sirleaf como a primeira mulher eleita chefe de Estado na África; Joyce Banda como presidente do Malawi em 2012; Catherine Samba-

Panza, que assumiu a Presidência da República Centro-Africana em 2014. Além da Dra. Nkosazana Dlamini Zuma que foi eleita presidente da Comissão da União Africana em 2012.

De modo geral pode-se dizer que apesar dos esforços dos governos africanos para promover a igualdades de gênero, as discriminações contra as mulheres permanecem um fator importante e constituem uma das limitações para o desenvolvimento do continente. As políticas públicas de igualdade de gênero precisam ser melhoradas, visando principalmente aumentar o acesso das mulheres ao ensino superior que consequentemente garantiria uma inserção no mercado de trabalho e uma participação no desenvolvimento econômico de forma mais efetiva. Comparando as melhorias observadas nos últimos anos em relação ao século anterior, pode-se destacar que há um progresso entre as nações mostrando que o protagonismo das mulheres nos processos de decisões tem ajudado e reduzir uma desigualdade. No entanto, há necessidade para que haja a inclusão feminina na elaboração dessas políticas públicas.

Os ODS podem em parte ajudar a resolver esses problemas, entretanto, esses objetivos precisam possuir um caráter genérica e precisam se adaptar à realidade de cada país, pois considerando a grande diversidade da África, pode-se destacar que ainda há os aspectos culturais, religiosos, sociais que influenciam suas aplicações. Os ODS podem existir, no entanto dependem da vontade dos governos para que as metas sejam aprimoradas e atingidas. Em relação as políticas de igualdade de gênero, ainda há barreiras do machismo existentes na maior parte dos países que devem ser superadas para que de fato as mulheres gozassem de direitos iguais.

Portanto o continente africano não é tão pior comparando com a América Latina em relação à representação feminina nos conselhos administrativos. Isso é demonstrado pelo Relatório da BAD, o primeiro estudo realizado sobre representação feminina em conselhos de administração na África, apresentado no Fórum Econômico Mundial para África. Apesar disso o continente tem um longo caminho a percorrer quanto ao gênero.

REFERENCIAS

8MARS.INFO. **Histoire du 8 mars**. [S.l. : s.n.], 2019. Disponível em: <http://8mars.info/que-faire/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

ALMEIDA FILHO, N. Os países em desenvolvimento estão se tornando desenvolvidos? **Crítica e Sociedade**: revista de Cultura Política, [s.l.], v. 1, p. 35-50, [19--?].

ALONSO, J. A.; GLENNIE, J. Qu'est-ce que la cooperation pour le développement? **Notes politiques du Forum pour la cooperation em matiète de développement- 2016**, [s.l.], n. 1, février, 2015. Disponível em: <http://archive.ipu.org/splz-f/nairobi16/policy-brief.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BANQUE AFRICAINE DE DEVELOPPEMENT. **Autonomiser les femmes africaines**: Plan d'action: L'indice de l'égalité du genre en Afrique 2015. Disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/African_Gender_Equality_Index_2015-FR.pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

BANQUE MONDIALE. **Genre et developpement economique**. Montreal, Québec : Les Éditions Saint-Martin, 2003. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/611261468315302211/pdf/217760FRENCH0E1Development01PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

CONFÉRENCE DES NATIONS UNIES SUR LE COMMERCE ET LE DÉVELOPPEMENT. **La coopération Sud-Sud**: l'Afrique et les nouvelles formes de partenariat pour le développement. Disponível em: https://unctad.org/fr/Docs/aldcafrica2010_fr.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

FMI. **Rapport du FMI sur les perspectives de l'Afrique subsaharienne**. [S.l. :s.n.], 2011. Disponível em: <https://fr.allafrica.com/view/group/main/main/id/00014322.html>. Acesso em: 15 set. 2019.

GENRE. **[Informações]**. [S.l.], [2019]. Disponível em: [/www.oxfamsol.be/sites/default/files/edu/pdfs/fr/oxfamsol_edu_genre.pdf](http://www.oxfamsol.be/sites/default/files/edu/pdfs/fr/oxfamsol_edu_genre.pdf). Acesso em: 27 jun. 2019.

LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**: evolução de um conceito? Proposta, [s.l.], v. 25, n. 71, p.5-10, 1997.

MERZOUKI, Lamia. **La contribution des femmes à la croissance africaine**. [S.l.], 2016. Disponível em: <http://vdb-gender-mixite.com/wp-content/uploads/2016/06/L.-Merzouki-G%C3%A9o%C3%A9conomie.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Les Femmes au Travail, Tendances**. Genebra: ILO, 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/lang-en/index.htm>. Acesso em: 01 out. 2019.

OIT. Les Règles Du Jeu : Une brève introduction aux normes internationales du travail. Suisse : OIT, 2005. Disponível em: https://www.ilo.org/global/standards/information-resources-and-publications/publications/WCMS_108397/lang--fr/index.htm. Acesso em: 01 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Tous concernés pourquoi moins d inegalite profite a tous**. Paris: OCDE, 2015. ISBN: I978-92-64-23551-9 (PDF). Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264235519-fr.pdf?expires=1575309937&id=id&accname=ocid54025470&checksum=22666E18C3B96D7AFEFAA1CA2E487358>. Acesso em: 28 jun. 2019.

PIKETTY, Thomas. **O capital**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2013.

PNUD em Côte d'Ivoire. **Egalité des sexes**. Costa do Marfim: Hooda Graphics, 2017. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/cote_divoire/docs/BROCHURE_PNUD_EGALITE_SEXES.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

REPUBLIQUE DE COTE D'IVOIRE. Ministere de La famille, de la femme et des affaires sociales. **Resume du document de politique nationale sur l'egalite des chances, l'equete et le genre**. Costa do Marfim: Republique de Cote D'Ivoire, [2008?]. Disponível em: <http://knowledge.uclga.org/IMG/pdf/resumedudocumentdepolitiquenationale-surlegalitedeschanceslequiteetlegenre.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SCIENCES ET TECHNOLOGIES DE L'INDUSTRIE ET DU DEVELOPPEMENT DURABLE. **Comment est née la notion du développement durable?** [S.l.] STI2D, 2019. Disponível em: <http://www.nachhaltige-entwicklung-bilingual.eu/de/was-ist-nachhaltigkeit/wie-ist-der-begriff-entstanden.html>. Acesso em: 01 out. 2019

SEN, A. The Concept of Development. In : CHENERY, HOLLIS (ed.) **Handbook of Development Economics**. New York: Elsevier Science Publisher. 1991. v.1.p. 9-26.

UNECA. **Examen Régional Africain Rapport de synthèse 1995-2014**. Éthiopie : Uneca, 2014. Disponível em: https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/Beijing20/french-_beijing_20_africa_regional_review_summary_report-final-11-11_french.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. L'historiographie africaine en Afrique , **Revue Tiers Monde**, [s.l.], , n. 216 , p. 111-127. 2013. DOI : 10.3917/rtm.216.0111. Disponível em : <https://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2013-4-page-111.htm>. Acesso em: 27 jun. 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2016**. Genebra: World Economic Forum, 2016. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/>. Acesso em: 19 out. 2019.